
**A ESTELA DE MERNEPTÁ E SEUS USOS HISTORIOGRÁFICOS:
LEITURAS MAXIMALISTAS E MINIMALISTAS DA HISTÓRIA DO
ISRAEL ANTIGO**

THE MERNEPTAH STELE AND ITS HISTORIOGRAPHICAL USES: MAXIMALIST
AND MINIMALIST READINGS OF ANCIENT ISRAELITE HISTORY

LA ESTELA DE MERNEPTÁ Y SUS USOS HISTORIOGRÁFICOS: LECTURAS
MAXIMALISTAS Y MINIMALISTAS DE LA HISTORIA DEL ISRAEL ANTIGUO

Fabiano Pedroso
Mestrando em Teologia
Faculdades EST
fabiano.pedroso@gmail.com

Charles Klemz
Doutor em Teologia
Faculdades EST
charles@est.edu.br

Recebido em: 6 de maio de 2026
Publicado em: 12 de maio de 2026

RESUMO

A Estela de Merneptá, datada de aproximadamente 1207 AEC, contém a mais antiga menção extrabíblica ao nome “Israel”. Este artigo analisa os usos historiográficos da estela no debate entre abordagens maximalistas e minimalistas sobre as origens do Israel antigo. Enquanto estudiosos associados ao maximalismo interpretam a inscrição como evidência da historicidade das narrativas bíblicas do Êxodo e da Conquista, estudiosos associados ao minimalismo enfatizam sua natureza propagandística e questionam correlações diretas com o texto bíblico. O artigo examina os pressupostos metodológicos de cada abordagem, apresenta suas principais interpretações da estela e avalia criticamente o que este documento permite afirmar historicamente. A hipótese defendida é que a prudência metodológica exige reconhecer tanto as contribuições quanto os limites de cada perspectiva, evitando leituras que subordinem a evidência epigráfica a agendas apologéticas ou céticas predeterminadas.

Palavras-chave: Estela de Merneptá; Israel antigo; maximalismo; minimalismo; historiografia bíblica.

ABSTRACT

The Merneptah Stele, dated to approximately 1207 BCE, contains the earliest known extrabiblical reference to the name “Israel.” This article analyzes the historiographical uses of

the stele in the debate between maximalist and minimalist approaches to the origins of ancient Israel. While scholars associated with maximalism interpret the inscription as evidence for the historicity of the biblical narratives of the Exodus and the Conquest, scholars associated with minimalism emphasize its propagandistic nature and question direct correlations with the biblical text. The article examines the methodological assumptions of each approach, presents their main interpretations of the stele, and critically evaluates what this document allows us to affirm historically. The argument advanced is that methodological prudence requires acknowledging both the contributions and the limitations of each perspective, avoiding readings that subordinate epigraphic evidence to predetermined apologetic or skeptical agendas.

Keywords: Merneptah Stele; ancient Israel; maximalism; minimalism; biblical historiography.

RESUMEN

La Estela de Merneptá, fechada en aproximadamente 1207 AEC, contiene la mención extrabíblica más antigua conocida del nombre “Israel.” Este artículo analiza los usos historiográficos de la estela en el debate entre los enfoques maximalistas y minimalistas sobre los orígenes del Israel antiguo. Mientras que los estudiosos asociados al maximalismo interpretan la inscripción como evidencia de la historicidad de las narrativas bíblicas del Éxodo y la Conquista, los estudiosos asociados al minimalismo enfatizan su carácter propagandístico y cuestionan las correlaciones directas con el texto bíblico. El artículo examina los presupuestos metodológicos de cada enfoque, presenta sus principales interpretaciones de la estela y evalúa críticamente lo que este documento permite afirmar históricamente. La hipótesis defendida es que la prudencia metodológica exige reconocer tanto los aportes como los límites de cada perspectiva, evitando lecturas que subordinen la evidencia epigráfica a agendas apologéticas o escépticas predeterminadas.

Palabras clave: Estela de Merneptá; Israel antiguo; maximalismo; minimalismo; historiografía bíblica.

Introdução

Em 1896, o arqueólogo Flinders Petrie fez uma descoberta que mudaria para sempre os debates sobre as origens de Israel. Escavando o templo mortuário do faraó Merneptá em Tebas, ele encontrou uma grande estela de granito negro com uma inscrição que se tornaria objeto de grande controvérsia. Na parte final desta estela, que celebra principalmente vitórias sobre os líbios, aparece uma breve menção a campanhas em Canaã, incluindo a linha sobre Israel. Esta é a mais antiga menção conhecida ao nome “Israel” fora da Bíblia hebraica, datada de aproximadamente 1207 AEC. O que torna este achado tão relevante não é apenas o fato de mencionar “Israel” — afinal, trata-se de uma única linha em um texto propagandístico egípcio — mas precisamente o que ele revela sobre os limites da reconstrução histórica

quando lidamos com evidência mínima. Desde sua descoberta, estudiosos que ocupam posições metodológicas opostas têm mobilizado esta breve menção de maneiras radicalmente diferentes, transformando um fragmento epigráfico em arena de disputas sobre método histórico, confiabilidade textual e os critérios para estabelecer o que podemos afirmar sobre o passado distante.

O debate sobre a Estela de Merneptá apresentou duas abordagens principais ao longo do século XX, ainda que com variações internas significativas. De um lado, estudiosos frequentemente associados a perspectivas maximalistas — Kenneth Kitchen e James Hoffmeier sendo exemplos proeminentes — tendem a valorizar a confiabilidade das narrativas bíblicas e interpretam a estela como confirmação extrabíblica da presença israelita em Canaã no período do Êxodo e da conquista. De outro lado, estudiosos frequentemente associados a perspectivas minimalistas, como Philip Davies, bem como abordagens arqueológicas específicas como a de Israel Finkelstein, enfatizam a natureza propagandística das inscrições reais egípcias e insistem que correlacionar a menção a “Israel” em 1207 AEC com narrativas bíblicas compostas séculos depois exige pressupostos que o documento não permite. Tais classificações são empregadas aqui de forma investigativa, não implicando unidade metodológica entre os autores mencionados. Entre essas posições, estudiosos como William Dever e Lester Grabbe têm buscado articular uma abordagem centrada que equilibre ceticismo metodológico com abertura para compreensões históricas nas tradições bíblicas, argumentando que a estela fornece evidência importante cujas implicações, porém, devem ser cuidadosamente delimitadas (DEVER, 2001, p. 23-24; GRABBE, 2007, p. 7-8). É dentro deste cenário interpretativo, e reconhecendo que toda interpretação histórica opera a partir de pressupostos metodológicos que merecem esclarecimento, que este artigo se posiciona.

A abordagem aqui adotada é centrada. Reconhece que leituras associadas ao minimalismo levantam questões metodológicas dignas de atenção crítica. Não se trata de um compromisso apologético, mas de observação específica: negar qualquer continuidade histórica entre o “Israel” de 1207 AEC e as entidades posteriores que carregam o mesmo nome, sem evidência positiva de descontinuidade radical, parece exigir pressupostos tão fortes e evidentes quanto aqueles que afirmam a continuidade plena e irrestrita. O objetivo não é defender uma agenda predeterminada, seja ela maximalista ou minimalista, mas avaliar honestamente o que a estela permite afirmar. Ela fornece evidência real, ainda que mínima, da existência de um grupo chamado “Israel” em Canaã no final do século XIII AEC. Esta evidência estabelece parâmetros que qualquer teoria sobre as origens de Israel precisa

considerar, e estes parâmetros não podem ser descartados por ceticismo ideológico nem inflados por um desejo apologético. O compromisso aqui é com a evidência disponível e com o reconhecimento honesto de seus limites.

Este artigo examina, portanto, como diferentes pressupostos metodológicos moldam as interpretações da Estela de Merneptá e quais são as implicações de se adotar leituras maximalistas, minimalistas ou centristas deste documento. O método adotado primeiro contextualiza a estela historicamente, depois caracteriza as abordagens metodológicas em debate, analisa interpretações específicas e finalmente propõe uma avaliação crítica que reconheça tanto as contribuições quanto as limitações de cada perspectiva. Se há uma convicção metodológica que orienta este estudo, é que tanto o excesso de confiança quanto o excesso de ceticismo comprometem a integridade da pesquisa histórica. A Estela de Merneptá, precisamente por sua excepcionalidade e ambiguidade, funciona como teste de honestidade intelectual para historiadores do Israel antigo.

A Estela de Merneptá: contexto histórico e questões textuais

A estela de granito negro descoberta por Petrie tem aproximadamente três metros de altura e celebra as vitórias militares do faraó Merneptá, que reinou de cerca de 1213 a 1203 AEC como sucessor de Ramsés II. A maior parte da inscrição relata sua campanha contra os líbios no quinto ano de seu reinado. Apenas os últimos três versículos mencionam campanhas em Canaã, onde aparece a referência a Israel (KITCHEN, 2003, p. 215-216). Este desequilíbrio já é, em si mesmo, significativo: a menção a Israel ocupa espaço mínimo numa inscrição que se concentra em outro assunto inteiramente.

O reinado de Merneptá coincide com o início do colapso da Idade do Bronze Recente, período em que os grandes impérios que haviam dominado a região por séculos começaram a enfraquecer. O Egito, embora ainda poderoso, estava na defensiva contra invasores líbios e os chamados “Povos do Mar” — contexto de instabilidade regional crucial para compreender tanto a campanha de Merneptá quanto a menção a Israel (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 95-99). Devemos ler a menção a Israel como indício de que o grupo era uma ameaça militar significativa, ou simplesmente como parte de uma lista comum de vitórias que seguia fórmulas retóricas estabelecidas? Não há consenso sobre essa interpretação.

A inscrição apresenta características típicas das estelas comemorativas egípcias, tratando-se de propaganda real destinada a exaltar o poder do faraó e intimidar potenciais

adversários. Como observa Grabbe, textos desse gênero “[...] frequentemente empregam hipérbole e convenções literárias que não devem ser interpretadas como descrições literais de eventos históricos”¹ (GRABBE, 2007, p. 76, tradução nossa), de modo que “[...] a linguagem da conquista total e da aniquilação completa dos inimigos era fórmula padrão, mesmo quando a vitória militar havia sido modesta ou até mesmo duvidosa”² (GRABBE, 2007, p. 76, tradução nossa). Se a linguagem é tão convencional, quanto peso podemos depositar sobre ela? Grabbe tem razão ao insistir na cautela, mas parece haver diferença entre reconhecer hipérbole retórica e esvaziar completamente o valor histórico do documento.

A seção sobre Canaã menciona Ascalom, Gezer, Yanoam e Israel. A linha sobre Israel tem sido objeto de debate quanto à sua tradução precisa. Kitchen traduz como “Israel está devastado, sua semente não existe mais”³ (KITCHEN, 2003, p. 216, tradução nossa), tradução que Grabbe também adota (GRABBE, 2007, p. 77). Finkelstein e Silberman, por sua vez, oferecem uma tradução ligeiramente diferente: “Israel está arrasado, sem descendência” (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 68). As variações entre “devastado/arrasado” e “semente/descendência” mostram as nuances interpretativas mesmo na tradução do texto hieroglífico.

A linguagem de aniquilação não deve ser interpretada literalmente, todos concordam com isto, dado que a mesma estela declara destruição completa de outras entidades que sabemos terem continuado a existir. Se descartamos as afirmações de aniquilação como hipérbole, o que resta? No mínimo, algum tipo de escaramuça militar entre forças egípcias e uma entidade chamada Israel, interpretação que escolhe privilegiar certo tipo de leitura do texto (GRABBE, 2007, p. 78).

O aspecto mais debatido da inscrição diz respeito ao determinativo hieroglífico usado com o nome “Israel”. A escrita hieroglífica emprega determinativos — sinais que indicam a categoria semântica de uma palavra. As três primeiras entidades mencionadas (Ascalom, Gezer e Yanoam) recebem o determinativo de cidade-estado, representado por três montanhas com uma cidade murada. Israel recebe o determinativo de povo ou grupo étnico, representado por um homem e uma mulher sentados com as três linhas verticais que indicam plural (DEVER, 2001, p. 121-122; HASEL, 1994, p. 47-49). Esta distinção gráfica é interpretada pela maioria dos estudiosos como indicação de que “Israel” designava na concepção egípcia

¹ “[...] frequently employ hyperbole and literary conventions that should not be taken as literal descriptions of historical events”.

² “[...] the language of total conquest and complete annihilation of enemies was standard formula, even when the military victory had been modest or even questionable”.

³ “Israel is laid waste, his seed is no more”.

um grupo populacional sem organização estatal ou urbana fixa. Hasel argumenta que o determinativo sugere “[...] estrutura social tribal ou segmentar, compatível com as descrições bíblicas do período pré-monárquico”⁴ (HASEL, 1994, p. 52-53, tradução nossa). A compatibilidade com descrições bíblicas não decorre automaticamente do determinativo. A observação sobre a percepção egípcia de Israel como um povo não-urbano, contudo, parece sólida.

A análise da sintaxe egípcia na estela revela uma estrutura poética em quiasmo na seção final, o que reforça o caráter literário da composição (LICHTHEIM, 1976, p. 73-78; KITCHEN, 2003, p. 215-216). A escrita do nome “Israel” (*ysrʾl*) utiliza uma ortografia silábica típica do Reino Novo, o que confirma a contemporaneidade do registro com o final da XIX dinastia. Além disso, a ausência do determinativo de “país estrangeiro” (*ḥst*), frequentemente usado para entidades políticas consolidadas, em favor do determinativo de “povo” (*r mṯ*), sugere que, para a burocracia egípcia, Israel não possuía um centro administrativo fixo, sendo percebido como um grupo de caráter tribal ou seminômade.

A localização geográfica do “Israel” mencionado permanece debatida. A sequência geográfica da inscrição (sul para norte ao longo da costa, depois interior) sugere localização na região montanhosa central de Canaã (KITCHEN, 2003, p. 217-218). Rainey corrobora esta interpretação através de análise das iconografias que acompanham a inscrição, cuja representação dos inimigos derrotados corresponde a habitantes das terras altas (RAINEY, 2001, p. 57-75). Estamos inferindo a localização a partir de um breve trecho textual e iconográfico, não há indicação geográfica explícita na estela. A inferência é razoável, mas permanece inferência.

A datação da estela no quinto ano do reinado de Merneptá posiciona a campanha militar por volta de 1208-1207 AEC, data significativa por situar-se no final do Bronze Recente, quando a dominação egípcia sobre Canaã e as cidades-estado canaanitas ainda prevaleciam. As primeiras décadas do período seguinte — o Ferro I (aproximadamente 1200-1000 AEC) — testemunham mudanças significativas: declínio das cidades canaanitas nas planícies, enfraquecimento do controle egípcio, proliferação de pequenos assentamentos agrícolas nas regiões montanhosas (Cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 109-111). É precisamente esta convergência entre a estela e as transformações arqueológicas que torna o documento simultaneamente relevante e controverso.

⁴ “[...] tribal or segmentary social structure, compatible with the biblical descriptions of the pre-monarchic period”.

Pressupostos metodológicos: maximalismo, minimalismo e centrismo

O debate entre maximalistas e minimalistas envolve questões metodológicas fundamentais sobre a natureza das fontes disponíveis e os critérios para estabelecer a confiabilidade histórica. Ambas as posições operam a partir de pressupostos que raramente são totalmente especificados. Isto cria uma situação em que estudiosos frequentemente falam passando uns pelos outros sem reconhecer que divergem não apenas sobre fatos, mas sobre o que conta como evidência adequada.

Observação metodológica preliminar: Os termos “maximalismo” e “minimalismo” são empregados aqui como categorias heurísticas, não como escolas homogêneas. Autores frequentemente classificados sob tais rótulos — como Kitchen, Hoffmeier, Davies, Finkelstein e Dever — apresentam diferenças metodológicas significativas dentro desses espectros interpretativos. As categorias servem para organizar tendências gerais no debate, reconhecendo que cada estudioso desenvolve abordagens particulares que não são plenamente redutíveis a tais classificações.

A perspectiva maximalista, representada por estudiosos como Kenneth Kitchen e James Hoffmeier, caracteriza-se por valorizar a confiabilidade essencial das narrativas bíblicas como fontes históricas. Kitchen propõe que “[...] na falta de evidência clara em contrário, as afirmações factuais dos textos hebraicos deveriam ser aceitas como dignas de confiança até prova em contrário”⁵ (KITCHEN, 2003, p. 500, tradução nossa). Esta postura metodológica inverte o que Kitchen percebe como ceticismo injustificado. Fundamenta-se na comparação com outras literaturas do antigo Oriente Próximo onde cronistas egípcios, assírios e babilônios, apesar de suas agendas propagandísticas, preservam informações históricas substancialmente confiáveis (KITCHEN, 2003, p. 449-450). O princípio parece razoável à primeira vista: por que tratar textos bíblicos com ceticismo maior do que outras fontes antigas? A questão se complica quando reconhecemos que os textos bíblicos não apenas relatam eventos, mas constroem identidade teológica, fato este que pode influenciar a transmissão e elaboração de tradições de maneiras que documentos administrativos egípcios não fazem.

Hoffmeier desenvolve este ponto argumentando que “[...] ausência de evidência não é evidência de ausência”⁶ (HOFFMEIER, 1999, p. 15-17, tradução nossa) e que elementos de

⁵ “[...] *In the absence of clear evidence to the contrary, the factual claims of the Hebrew texts should be accepted as trustworthy until proven otherwise*”.

⁶ “[...] *absence of evidence is not evidence of absence*”.

“cor local” nos relatos bíblicos — detalhes sobre geografia egípcia, títulos oficiais, práticas culturais — “[...] sugerem que os textos se baseiam em tradições que remontam ao período descrito, não são invenções totalmente tardias”⁷ (HOFFMEIER, 1999, 121-122, tradução nossa). Este argumento do “constrangimento cultural”, que detalhes inconvenientes ou culturalmente específicos sugerem autenticidade, tem peso considerável. O problema é que mesmo textos compostos tardiamente podem preservar detalhes culturais através de tradição oral ou conhecimento antigo sem que isso valide toda uma narrativa.

A perspectiva minimalista opera a partir de pressupostos radicalmente diferentes, insistindo em ceticismo metodológico rigoroso quanto à confiabilidade histórica das narrativas bíblicas. Philip Davies articula claramente esta posição ao argumentar que “[...] os historiadores do antigo Israel têm sistematicamente confundido Israel ‘bíblico’ com Israel ‘histórico’”⁸ (DAVIES, 1992, p. 11, tradução nossa). Propõe que a Bíblia hebraica deve ser tratada primariamente como produto literário e teológico do período persa e helenístico, não como fonte confiável para eventos anteriores. Davies argumenta que “[...] o ‘antigo Israel’ que emerge das narrativas bíblicas é essencialmente construção literária, não entidade histórica recuperável”⁹ (DAVIES, 1992, p. 94-95, tradução nossa). Para ele:

“[...] o Israel histórico — as populações que de fato habitaram as terras altas de Canaã e posteriormente formaram os reinos de Israel e Judá — deve ser reconstruído independentemente dos textos bíblicos, através de arqueologia e inscrições contemporâneas”¹⁰ (DAVIES, 1992, p. 94-95, tradução nossa).

Há clareza metodológica válida nesta formulação. Mas ela também revela tensão: se o “Israel bíblico” é construção literária totalmente dissociada do “Israel histórico”, como explicar que escritores tardios escolheram precisamente este nome e esta localização geográfica? Alguma conexão histórica precisa ser explicada, mesmo que seja uma conexão complexa.

Finkelstein formula o ponto minimalista de forma especialmente contundente: “[...] a narrativa bíblica sobre as origens de Israel foi escrita para servir às necessidades do reino de Judá no século VII AEC, não para preservar memórias históricas precisas do século XIII

⁷ “[...] suggest that the texts are based on traditions that go back to the period described, not entirely late inventions”.

⁸ “[...] historians of ancient Israel have systematically confused ‘biblical’ Israel with ‘historical’ Israel”.

⁹ “[...] the ‘ancient Israel’ that emerges from the biblical narratives is essentially a literary construction, not a recoverable historical Entity”.

¹⁰ “[...] the historical Israel — the populations that actually inhabited the highlands of Canaan and later formed the kingdoms of Israel and Judah — must be reconstructed independently of the biblical texts, through archaeology and contemporary inscriptions”.

AEC”¹¹ (FINKELSTEIN, 2020, p. 189, tradução nossa). Esta afirmação é provavelmente correta quanto à função primária das narrativas, elas de fato servem a necessidades teológicas e políticas do período de composição. Mas “não para preservar memórias históricas” pode ser formulação excessiva: as narrativas podem simultaneamente servir a funções daquele momento histórico e preservar (ainda que transformadas) tradições mais antigas. A distinção não é entre “funcional” e “histórico”, mas entre diferentes graus e tipos de historicidade.

Entre esses extremos, estudiosos centristas como William Dever e Lester Grabbe buscam navegar criticando tanto o que Dever chama de “fundamentalismo bíblico” dos maximalistas quanto o “niilismo histórico” dos minimalistas (DEVER, 2001, p. 23-24). Dever propõe que as narrativas bíblicas frequentemente contêm núcleos históricos genuínos, substancialmente elaborados e teologizados no processo de transmissão. Cabe ao historiador “[...] distinguir entre elementos históricos recuperáveis e embelezamentos literários posteriores”¹² (DEVER, 2003, p. 220-221, tradução nossa) através de “[...] rigorosa análise arqueológica que estabeleça primeiro o que de fato ocorreu, antes de perguntar como as narrativas bíblicas se relacionam com essa história reconstruída”¹³ (DEVER, 2003, p. 220-221, tradução nossa). Esta formulação é metodologicamente atraente, mas enfrenta dificuldade prática: como distinguir de forma não arbitrária entre “núcleos históricos” e “elaborações”? Dever oferece critérios — convergência arqueológica, plausibilidade contextual — mas a aplicação destes critérios frequentemente permanece discutível.

Grabbe propõe uma metodologia de “argumento cumulativo” que avalia cada elemento específico com base na convergência de múltiplas linhas de evidência. Considera plausibilidade histórica geral, coerência com o contexto do antigo Oriente Próximo, corroboração arqueológica ou epigráfica, sinais textuais de antiguidade. Para Grabbe, “[...] quanto mais dessas condições um elemento satisfaz, maior a probabilidade de refletir memória histórica genuína”¹⁴ (GRABBE, 2007, p. 7-8., tradução nossa). Este método é razoável e útil, mas vale notar que ele desloca o debate de questões de princípio (devemos ou não confiar nos textos bíblicos?) para questões de aplicação caso a caso (quais elementos específicos satisfazem quantos critérios?). Isso é progresso metodológico, mas não resolve as divergências fundamentais, apenas as torna mais específicas e, talvez, mais gerenciáveis.

¹¹ “[...] *the biblical narrative about the origins of Israel was written to serve the needs of the kingdom of Judah in the seventh century BCE, not to preserve accurate historical memories of the thirteenth century BCE*”.

¹² “[...] *distinguish between recoverable historical elements and later literary embellishments*”.

¹³ “[...] *rigorous archaeological analysis that establishes first what actually occurred, before asking how the biblical narratives relate to that reconstructed history*”.

¹⁴ “[...] *the more of these conditions an element satisfies, the greater the probability that it reflects genuine historical memory*”.

Essas diferenças metodológicas têm implicações diretas para a interpretação da Estela de Merneptá. Estudiosos associados ao maximalismo a valorizam como confirmação externa da presença israelita no período das narrativas do Êxodo e da conquista. Estudiosos associados ao minimalismo enfatizam sua natureza propagandística e a distância entre a menção a “Israel” em 1207 AEC e as narrativas compostas séculos depois. Centristas veem evidência importante cujas implicações devem ser cuidadosamente delimitadas. O que se apresenta aqui não são apenas divergências sobre um artefato específico, mas visões conflitantes sobre como articular diferentes tipos de fontes, sobre o peso relativo de evidência material versus textual e, em última análise, sobre os limites do conhecimento histórico possível quando lidamos com períodos pouco documentados.

4 A Perspectiva Maximalista: Convergência Cronológica e a Arqueologia da Tradição

A interpretação maximalista fundamenta-se na premissa de que a estela fornece evidência externa decisiva para a historicidade das narrativas bíblicas sobre a presença israelita em Canaã no final do século XIII AEC. Kitchen articula esta posição de forma clara: “[...] a menção de Israel por Merneptá está em impressionante concordância cronológica com o que encontramos nas fontes bíblicas”¹⁵ (KITCHEN, 2003, p. 216., tradução nossa). O argumento, em sua forma mais forte, sustenta que a estela confirma três elementos fundamentais. Primeiro, que uma entidade chamada “Israel” existia em Canaã por volta de 1207 AEC. Segundo, que este Israel era reconhecível como grupo distinto tanto para os egípcios quanto para si mesmo, caso contrário não teria sido mencionado separadamente das cidades-estados canaanitas. Terceiro, que Israel já estava estabelecido na região montanhosa central, alinhando-se com as narrativas de Josué sobre conquista e assentamento nas terras altas (KITCHEN, 2003, p. 217-218). A estela efetivamente atesta a existência de uma entidade assim identificada no momento aproximado, embora não exato, que a cronologia bíblica tradicional sugeriria. Esta convergência cronológica não pode ser simplesmente descartada, ainda que também não possa carregar todo o peso interpretativo que estudiosos associados ao maximalismo frequentemente colocam sobre ela.

A argumentação maximalista conecta a estela a cronologia específica do Êxodo através de raciocínio que, embora especulativo, não é arbitrário: se Israel estava presente em

¹⁵ “[...] the mention of Israel by Merneptah is in striking chronological agreement with what we find in the biblical sources”.

Canaã em 1207 AEC como grupo suficientemente estabelecido para ser notado pelos egípcios, então o Êxodo do Egito e o período de peregrinação no deserto teriam ocorrido necessariamente antes dessa data. Kitchen defende a data do Êxodo no século XIII AEC durante o reinado de Ramsés II. Posiciona a conquista de Canaã sob Josué nas décadas imediatamente anteriores a Merneptá e faz da estela um limite cronológico anterior — uma data antes da qual a ocupação israelita necessariamente teria ocorrido (KITCHEN, 2003, p. 307-312). O problema aqui não é a lógica interna do argumento, que é coerente, mas os pressupostos sobre confiabilidade das narrativas bíblicas que ele exige para funcionar. Kitchen precisa assumir que as narrativas preservam memórias cronológicas substancialmente confiáveis, pressuposição que não é autoevidente e que estudiosos associados ao minimalismo contestam firmemente.

Hoffmeier desenvolve linha argumentativa complementar enfatizando a plausibilidade histórica de movimentos populacionais do Egito para Canaã no final do Bronze Recente. Textos administrativos egípcios do período de Ramsés II efetivamente mencionam grupos de *'apiru* (possível cognato de “hebreu”) trabalhando em projetos de construção. Há documentação de grupos saindo do Egito em busca de melhores condições em Canaã — contexto histórico que, de fato, torna movimentos populacionais plausíveis (HOFFMEIER, 1999, p. 113-122). O argumento de Hoffmeier não é que a estela “prova” o Êxodo, mas que ela se encaixa bem em cenário onde grupos teriam saído do Egito décadas antes e se estabelecido nas terras altas: “[...] um grupo que havia saído do Egito décadas antes e se estabelecido nas terras altas de Canaã seria exatamente o tipo de entidade que Merneptá encontraria e registraria”¹⁶ (HOFFMEIER, 1999, p. 113-122, tradução nossa). Este é um argumento de plausibilidade, não de demonstração, e Hoffmeier seria mais convincente se reconhecesse explicitamente esta diferença.

Um aspecto da argumentação maximalista frequentemente ignorado em críticas apressadas é a questão dos detalhes culturais nas narrativas bíblicas. Hoffmeier observa que certos elementos são difíceis de explicar se as narrativas não derivam de alguma experiência histórica no Egito: a presença de nomes egípcios entre as tribos israelitas (Moisés, Hofni, Finéias), memórias específicas de opressão sob trabalhos forçados, conhecimento de práticas administrativas egípcias. Por que “[...] escribas do período persa inventariam narrativas que

¹⁶ “[...] a group that had left Egypt decades earlier and settled in the highlands of Canaan would be exactly the kind of entity that Merneptah would encounter and record”.

retratam os ancestrais de Israel como escravos de potência estrangeira”¹⁷? (HOFFMEIER, 1999, p. 118-120, tradução nossa). Este argumento do constrangimento, que elementos culturalmente embaraçosos ou inconvenientes sugerem autenticidade, tem peso considerável na crítica histórica. O problema é que Hoffmeier não distingue suficientemente entre a possibilidade de que algumas tradições preservem memórias de conexões egípcias e a afirmação de que as narrativas como um todo são historicamente confiáveis. Esta nuance seria crucial, mas frequentemente falta na argumentação maximalista.

A interpretação do determinativo hieroglífico usado com “Israel” é outro ponto onde estudiosos maximalistas fazem observação pertinente, mas extraem conclusões que vão além do que a evidência autoriza. O fato de Israel receber marcador de povo/grupo étnico em vez de cidade-estado é, de fato, significativo. Kitchen observa que isto “[...] corresponde precisamente ao que os textos de Josué e Juízes descrevem: tribos israelitas ocupando principalmente áreas rurais e montanhosas, ainda não consolidadas em estrutura monárquica centralizada”¹⁸ (KITCHEN, 2003, p. 218-220, tradução nossa). O determinativo nos diz como os egípcios percebiam Israel, como população não-urbana. Não nos diz que esta percepção egípcia valida toda a estrutura narrativa dos textos de Josué e Juízes. A correspondência é interessante e merece consideração, mas não é demonstração.

A leitura maximalista enfrenta desafios que não podem ser diminuídos. A estela é texto propagandístico que emprega linguagem hiperbólica, mas então surge a questão de quanto do texto deve ser lido como descrição dos fatos versus propaganda. A menção a Israel é única entre centenas de documentos egípcios do período. Nenhum outro registro do reinado de Ramsés II ou dos sucessores de Merneptá refere-se a este grupo. Para estudiosos associados ao minimalismo, este silêncio esmagador sugere que “Israel” era entidade marginal, relevante apenas momentaneamente para interesses egípcios. Este ponto tem força considerável e maximalistas não oferecem resposta totalmente satisfatória. Crucialmente, a estela não menciona Êxodo, Sinai, conquista sob Josué ou qualquer elemento das narrativas bíblicas, fornece apenas nome e localização aproximada. Projetar sobre essa menção toda a estrutura das tradições bíblicas posteriores é uma projeção interpretativa que exige uma justificação mais robusta do que estudiosos associados ao maximalismo tipicamente oferecem (FINKELSTEIN, 2020, p. 191-192).

¹⁷ “[...] would Persian-period scribes invent narratives that portray Israel's ancestors as slaves of a foreign power”.

¹⁸ “[...] corresponds precisely to what the texts of Joshua and Judges describe: Israelite tribes occupying mainly rural and mountainous areas, not yet consolidated into a centralized monarchic structure”.

5 A Crítica Minimalista: Descontinuidade Histórica e Construção Literária

A interpretação minimalista opera a partir de pressupostos radicalmente diferentes, enfatizando a necessidade de interpretar o documento egípcio estritamente dentro de seu próprio contexto sem colocar sobre ele as categorias e narrativas da literatura bíblica composta séculos depois. Davies articula esta postura de forma enfática: “A Estela de Merneptá nos diz que havia uma entidade chamada ‘Israel’ em Canaã por volta de 1200 AEC. Ela não nos diz nada sobre o Israel bíblico”¹⁹ (DAVIES, 1992, p. 53, tradução nossa). Para Davies, o problema fundamental das leituras maximalistas é a confusão entre o “Israel” mencionado em texto egípcio do século XIII AEC e o “Israel” construído nas narrativas teológicas da Bíblia hebraica compostas do século VII AEC em diante. Não haveria garantia de continuidade entre essas duas entidades. Seria metodologicamente errado presumir tal continuidade, de modo que:

“[...] cada fonte deve ser interpretada em seus próprios termos: a estela como propaganda real egípcia, os textos bíblicos como literatura teológica judaica do período persa, sendo que correlacioná-las requer demonstração, não pressuposição”²⁰ (DAVIES, 1992, p. 54-55, tradução nossa).

Finkelstein desenvolve esta crítica através de uma análise detalhada do contexto arqueológico. Argumenta que “[...] o ‘Israel’ de Merneptá deve ser identificado com a população que começou a estabelecer pequenos assentamentos não fortificados nas terras altas de Canaã no final do Bronze Recente”²¹ (FINKELSTEIN, 2020, p. 189-202, tradução nossa). Esta população cujos assentamentos “[...] mostram continuidade material e cultural com as cidades canaanitas das planícies, não ruptura”²² (FINKELSTEIN, 2020, p. 189-202, tradução nossa). A evidência arqueológica corrobora esta interpretação: os assentamentos do Ferro I nas terras altas apresentam cerâmica com formas típicas canaanitas, arquitetura doméstica de quatro cômodos sem elementos distintivos não-canaanitas, e ausência de ossos de porco, este último elemento podendo indicar tanto restrição alimentícia em desenvolvimento quanto

¹⁹ “*The Merneptah Stele tells us that there was an entity called ‘Israel’ in Canaan around 1200 BCE. It tells us nothing about biblical Israel*”.

²⁰ “[...] *each source must be interpreted on its own terms: the stele as Egyptian royal propaganda, the biblical texts as Jewish theological literature of the Persian period, and correlating them requires demonstration, not presupposition*”.

²¹ “[...] *the ‘Israel’ of Merneptah should be identified with the population that began to establish small unfortified settlements in the highlands of Canaan in the late Bronze Age*”.

²² “[...] *show material and cultural continuity with the Canaanite cities of the lowlands, not rupture*”.

continuidade de práticas alimentares das terras altas canaanitas (Cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 121-126; DEVER, 2003, p. 98-107)

Para Finkelstein, o Israel de Merneptá não era povo invasor do Egito, mas população nativa de origem canaanita se reagrupando nas montanhas em resposta ao colapso do sistema de cidades-estado do Bronze Recente, sendo que o nome “Israel” pode ter designado originalmente adoradores de El, o deus supremo do panteão canaanita, que se estabeleceram nas terras altas antes de desenvolverem, séculos depois, o culto exclusivo a Yahweh que caracteriza o judaísmo posterior (FINKELSTEIN, 2020, p. 198-199). Esta interpretação implica que se Israel em 1207 AEC era simplesmente porção da população canaanita se reorganizando em um novo padrão de assentamento, então a menção na estela não fornece suporte algum para as narrativas bíblicas, dado que “o ‘Israel’ que Merneptá atacou era canaanita em origem, cultura e identidade” (FINKELSTEIN, 2020, p. 200-201, tradução nossa), e que apenas séculos depois, no período do Ferro II e especialmente após o exílio babilônico, escritores judeus construiriam narrativa de origens que diferenciava radicalmente Israel dos canaanitas e projetava essa diferenciação retroativamente sobre os inícios.

Estudiosos associados ao minimalismo também enfatizam a natureza propagandística e formulaica da estela. Grabbe observa que Merneptá emprega “linguagem estereotipada de aniquilação total que não deve ser interpretada literalmente” (GRABBE, 2007, p. 78-79, tradução nossa) dado que “[...]’Israel está devastado, sua semente não existe mais’ é fórmula padrão, não descrição factual”²³ (GRABBE, 2007, p. 78-79, tradução nossa). Incrições deste tipo “[...] atestam no máximo que algum tipo de confronto militar ocorreu, mas fornecem informação mínima sobre escala, localização precisa, desfecho real ou significado histórico duradouro do evento”²⁴ (GRABBE, 2007, p. 78-79, tradução nossa). Como vimos anteriormente, a interpretação minimalista também critica o uso da estela para estabelecer cronologia do Êxodo ou da conquista, argumentando que essas narrativas bíblicas foram compostas no contexto do reino de Judá do século VII AEC refletindo preocupações teológicas e políticas desse período, não memórias históricas confiáveis do século XIII AEC. Embora a estela confirme que havia um grupo chamado Israel em Canaã em 1207 AEC, isso não valida narrativas sobre Êxodo do Egito, peregrinação no deserto, revelação no Sinai ou conquista militar sob Josué (Cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 109-111, 118-119).

²³ “[...] ‘Israel is laid waste, his seed is no more’ is standard formula, not factual description”.

²⁴ “[...] attest at most that some kind of military confrontation occurred, but provide minimal information about scale, precise location, actual outcome or lasting historical significance of the event”.

6 Avaliação crítica e considerações finais

Após examinar as interpretações maximalista e minimalista, torna-se possível, embora não simples, avaliar criticamente o que a estela efetivamente permite afirmar. Há consenso sobre alguns fatos básicos: a estela atesta que uma entidade chamada “Israel” existia em Canaã por volta de 1207 AEC (a mais antiga menção extrabíblica conhecida deste nome); o determinativo hieroglífico indica que os egípcios percebiam Israel como grupo populacional ou étnico, não como cidade-estado; a menção ocorre em um contexto de outras entidades canaanitas sugerindo localização na mesma região; o texto emprega linguagem hiperbólica típica de inscrições reais egípcias, de modo que as afirmações sobre “aniquilação total” não devem ser interpretadas literalmente; e seja qual for a identidade precisa deste Israel, o grupo era suficientemente significativo para merecer menção ao lado de importantes cidades-estado canaanitas (GRABBE, 2007, p. 77-80; DEVER, 2001, p. 121-122). Esses pontos de consenso, embora modestos, estabelecem uma base factual inegável. A estela fornece evidência contemporânea, independente de textos bíblicos compostos posteriormente, da existência de um grupo chamado Israel no final do Bronze Recente, estabelecendo limite cronológico anterior para a emergência de Israel como entidade.

As divergências começam quando se move além desses fatos básicos. A leitura maximalista enfrenta dificuldades sérias ao querer ver na estela confirmação de que o Israel das narrativas bíblicas estava presente em Canaã no momento esperado pela cronologia tradicional da conquista. A estela simplesmente não menciona Êxodo, Sinai, conquista sob Josué ou qualquer elemento das narrativas bíblicas. Ela fornece apenas nome e localização aproximada. Projetar sobre essa menção toda a estrutura das tradições bíblicas posteriores é metodologicamente questionável (FINKELSTEIN, 2020, p. 191-192). O problema está especificamente em presumir que a mera menção do nome valida cada detalhe narrativo. Estudiosos associados ao maximalismo frequentemente não fazem esta distinção com clareza suficiente, e isso enfraquece substancialmente seus argumentos. De modo semelhante, leituras que pressupõem continuidade direta entre o “Israel” da estela e o Israel bíblico enfrentam dificuldades metodológicas comparáveis, ao projetarem ao passado identidades posteriormente consolidadas sobre um registro epigráfico que não permite tais inferências.

Por outro lado, postular continuidade histórica entre o Israel de 1207 AEC e as entidades políticas posteriores chamadas Israel e Judá que ocupam a mesma região nos séculos seguintes não é uma conclusão autoevidente que dispense demonstração. Esta

proposta depende de pressupostos adicionais sobre a continuidade de povos étnicos no antigo Oriente Próximo e a investigação sobre etnônimos ao longo do tempo. Estas são questões que permanecem objeto de debate acadêmico intenso. Do ponto de vista metodológico, o ônus da prova recai sobre qualquer proposta que estabeleça continuidade histórica direta entre o “Israel” da estela e o Israel bíblico, uma vez que tal conexão exige inferências que extrapolam o dado que a Estela fornece. A continuidade geográfica e nominal não estabelece automaticamente continuidade étnica, cultural ou identitária. Processos de etnogênese²⁵ no mundo antigo frequentemente envolviam reconfigurações identitárias complexas ao longo de séculos (DEVER, 2003, p. 223-226; HALL, 1997, p. 19-33; FAUST, 2006, p. 1-23). A questão não é se alguma forma de continuidade existiu, isso é plausível, mas qual tipo de continuidade e em que grau, reconhecendo que identidades de povos no antigo Oriente Próximo eram construções dinâmicas sujeitas a transformações significativas.

O recurso de certos estudiosos associados ao minimalismo a hipóteses altamente conjecturais exige atenção crítica. Postular que o “Israel” de 1207 AEC poderia não ter relação com o Israel posterior, ou que etnônimos eram tão fluidos no antigo Oriente Próximo que populações com nomes similares apareciam e desapareciam sem continuidade (THOMPSON, 1999, p. 188-189; LEMCHE, 1998, p. 35-37), é formalmente possível, mas exige pressupostos adicionais que o texto egípcio não fornece e que a evidência arqueológica não sustenta claramente. Esta estratégia argumentativa espelha o que estudiosos associados ao minimalismo criticam em abordagens maximalistas: preencher lacunas com construções teóricas. A diferença está apenas na direção da especulação. Estudiosos associados ao maximalismo especulam na direção da confirmação bíblica, projetando sobre a estela narrativas compostas séculos depois. Estudiosos associados ao minimalismo especulam na direção da descontinuidade radical, negando conexões que os dados geográficos e de nomes sugerem. Ambos, contudo, excedem o que a evidência mínima autoriza.

Essa discussão não ocorre apenas em nível teórico. Evidências arqueológicas frequentemente utilizadas nesse debate incluem padrões de assentamento nas terras altas de Canaã no início da Idade do Ferro, a baixa incidência de ossos de porco em certos sítios arqueológicos e características específicas da cultura material doméstica. Tais dados têm sido

²⁵ Etnogênese refere-se ao processo de formação e transformação de identidades étnicas coletivas ao longo do tempo. Estudos comparativos demonstram que no mundo antigo identidades grupais não eram fixas ou primordiais, mas construções dinâmicas que respondiam a mudanças políticas, econômicas e sociais (HALL, 1997, p. 19-33; FAUST, 2006, p. 1-23). Para discussão aplicada ao contexto israelita, ver especialmente FAUST, 2006.

interpretados tanto como indícios de continuidade cananeia quanto como sinais de diferenciação sociocultural em desenvolvimento. Isto revela que a leitura da estela não pode ser dissociada de um quadro arqueológico mais amplo. Durante o século XII AEC crescem nas regiões montanhosas pequenos assentamentos agrícolas não fortificados mostrando continuidade material com a cultura canaanita do Bronze Recente, mas ocupando áreas anteriormente pouco povoadas (Cf. FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 115-121; DEVER, 2003, p. 98-107; STAGER, 1998, p. 135-140; NA'AMAN, 1994, p. 242-247). A maioria dos estudiosos-incluindo pesquisadores de diferentes orientações metodológicas identifica esses assentamentos como israelitas iniciais, embora discordem sobre origens e identidade étnica de seus habitantes (STAGER, 1998, p. 135; DEVER, 2003, p. 98; MAZAR, 1990, p. 334). Finkelstein argumenta convincentemente que o Israel de Merneptá já estava em processo de estabelecimento nas terras altas representando estágio inicial do mesmo processo que a arqueologia documenta plenamente nas décadas seguintes. Esta interpretação tem a virtude metodológica de correlacionar a evidência epigráfica com a arqueológica sem apelar para eventos não documentados (FINKELSTEIN, 2020, p. 196-198). Estudiosos centristas concordam que há conexão, mas advertem que a natureza exata dessa conexão permanece incerta e provisória (DEVER, 2003, p. 126-127; GRABBE, 2007, p. 80-81). Esta incerteza não é fraqueza argumentativa, mas reconhecimento honesto dos limites do conhecimento possível.

Historiadores do mundo antigo trabalham regularmente com evidência fragmentária, ambígua e escassa. Nessas condições, certezas são um luxo inacessível. O que distingue historiografia responsável de especulação ideológica não é a ausência de pressupostos, todos interpretamos a partir de pressupostos metodológicos. O que distingue é a disposição de reconhecer onde a evidência termina e onde começa a construção interpretativa. Estudiosos associados ao maximalismo frequentemente não reconhecem que estão construindo pontes interpretativas largas sobre evidência mínima. Estudiosos associados ao minimalismo frequentemente não reconhecem que negar conexões também é construção interpretativa que exige justificação, não postura neutra ou mais “científica”.

A Estela de Merneptá ocupa posição singular na historiografia do Israel antigo não apenas como a única menção extrabíblica a “Israel” anterior ao século IX AEC, mas como reveladora das tensões metodológicas que estruturam o campo. A análise das leituras maximalistas e minimalistas mostra que divergem não apenas sobre a leitura de hieróglifos ou a datação de estratos arqueológicos, mas sobre questões mais fundamentais: quanta confiança

depositar em tradições textuais transmitidas por séculos, como articular fontes de naturezas diferentes, quando moderação metodológica se transforma em ceticismo paralisante, quando abertura para núcleos históricos se transforma em fé. A historiografia do Israel antigo opera nas fronteiras do conhecimento possível sobre períodos remotos e escassamente documentados, condições em que tanto certezas maximalistas quanto negações minimalistas radicais excedem o que a evidência permite.

O que a Estela de Merneptá efetivamente demonstra é que em 1207 AEC existia em Canaã um grupo populacional chamado “Israel” reconhecível tanto para si mesmo quanto para observadores externos egípcios, grupo identificado como não-urbano e provavelmente localizado nas regiões montanhosas. Isto estabelece limite cronológico anterior para a emergência de Israel como entidade identificável e fornece uma âncora factual para teorias sobre origens israelitas. O que a estela não demonstra é igualmente importante: ela não confirma nem contradiz narrativas sobre Êxodo, Sinai ou conquista militar; não especifica composição étnica, práticas religiosas, estrutura social ou origens de Israel; não estabelece continuidade ou descontinuidade entre o Israel de 1207 AEC e as narrativas bíblicas compostas séculos depois. Sobre todas essas questões a estela é muda. Inferir respostas a partir do silêncio, seja na direção maximalista de presumir confirmação das narrativas bíblicas, seja na direção minimalista de presumir descontinuidade radical, é metodologicamente ilegítimo porque exige pressupostos que o documento não fornece.

A Estela de Merneptá, interpretada com prudência metodológica, não deve ser lida como evidência direta de continuidade histórica entre o Israel de 1207 AEC e o Israel bíblico, mas como um ponto de ancoragem interpretativo cuja significação depende dos modelos historiográficos adotados. Seu valor reside precisamente em expor os limites da inferência histórica quando confrontada com evidência mínima, funcionando como um caso exemplar para a reflexão metodológica no estudo do Israel antigo. Nesse sentido, a Estela de Merneptá não apenas informa o debate sobre as origens de Israel, mas expõe os próprios limites epistemológicos da historiografia do Antigo Oriente Próximo. A tarefa da historiografia responsável do Israel antigo é delimitar cuidadosamente o que podemos afirmar com confiança razoável à luz da evidência disponível, identificar claramente o que permanece incerto ou especulativo, e resistir à tentação de preencher os silêncios do passado com as certezas de nossas pressuposições metodológicas e ideológicas. Reconhecer estes limites não é fraqueza, mas integridade intelectual. Reconhecer que a estela fornece evidência real, ainda

que mínima, não é favorecer o maximalismo, mas respeito pela evidência que efetivamente possuímos.

Referências

DAVIES, Philip R. **In Search of 'Ancient Israel'**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1992.

DEVER, William G. **What Did the Biblical Writers Know and When Did They Know It? What Archaeology Can Tell Us about the Reality of Ancient Israel**. Grand Rapids: Eerdmans, 2001.

DEVER, William G. **Who Were the Early Israelites and Where Did They Come From?** Grand Rapids: Eerdmans, 2003.

FAUST, Avraham. **Israel's Ethnogenesis: Settlement, Interaction, Expansion and Resistance**. London: Equinox, 2006.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia Desenterrada: A Nova Visão Arqueológica do Antigo Israel e das Origens de Seus Textos Sagrados**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FINKELSTEIN, Israel. The Highlands of El, Shiloh and Merneptah's Israel. In: HÖFLMAYER, Felix (ed.). **The Late Bronze-Iron Age Transition and the Emergence of Israel**. Berlin: De Gruyter, 2020.

GRABBE, Lester L. **Ancient Israel: What Do We Know and How Do We Know It?** London: T&T Clark, 2007.

HALL, Jonathan M. **Ethnic Identity in Greek Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HASEL, Michael G. Israel in the Merneptah Stela. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, v. 296, 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1357179?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 mar. 2026.

HOFFMEIER, James K. **Israel in Egypt: The Evidence for the Authenticity of the Exodus Tradition**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KITCHEN, Kenneth A. **On the Reliability of the Old Testament**. Grand Rapids: Eerdmans, 2003.

LEMICHE, Niels Peter. **The Israelites in History and Tradition**. Library of Ancient Israel. Louisville: Westminster John Knox, 1998.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature, Volume II: The New Kingdom**. Berkeley: University of California Press, 1976.

MAZAR, Amihai. **Archaeology of the Land of the Bible: 10,000-586 B.C.E.** New York: Doubleday, 1990.

NA'AMAN, Nadav. The 'Conquest of Canaan' in the Book of Joshua and in History. In: FINKELSTEIN, Israel; NA'AMAN, Nadav (eds.). **From Nomadism to Monarchy: Archaeological and Historical Aspects of Early Israel.** Jerusalém: Israel Exploration Society, 1994.

RAINEY, Anson F. Israel in Merenptah's Inscription and Reliefs. **Israel Exploration Journal**, v. 51, n. 1, p. 57-75, 2001. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27926956?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 mar. 2026.

STAGER, Lawrence E. Forging an Identity: The Emergence of Ancient Israel. In: COOGAN, Michael D. (ed.). **The Oxford History of the Biblical World.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

THOMPSON, Thomas L. **The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel.** New York: Basic Books, 1999.